

**ATA**

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Alexandra Parada Barbosa Gesta, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador José Manuel Antunes – Perguntou sobre o ponto de situação da revisão do Plano Diretor Municipal, designadamente quais os contributos, sugestões e propostas apresentados pelos munícipes no âmbito da discussão pública promovida. -----

2 – Vereador José Torcato Ribeiro – Referiu a segunda edição do “Guimarães Noc Noc”, a iniciar na próxima sexta-feira, considerando tratar-se de uma iniciativa importante, com um grupo de artistas e associações muito alargado. A propósito, referiu a iniciativa “Associações ao Coreto”, realizada pelo Círculo de Arte e Recreio no passado mês de agosto, que elogiou, fazendo notar que mostrou aquilo que é a realidade local, tendo envolvido o tecido associativo local, considerando ter sido lançada a primeira pedra para construir um evento que, por certo, fará parte do

calendário cultural de Guimarães. Lamentou, no entanto, que a Autarquia tenha decidido suspender o programa da iniciativa, alegadamente após queixas de cidadãos relacionadas com o ruído provocado no desenrolar do evento, considerando que a atividade deveria ter sido mais acarinhada.-----

3 – Vereador André Coelho Lima – Disse querer novamente abordar a questão da VIM, dizendo que na intervenção feita há tempos percebeu haver discordância sobre a colocação de separadores centrais. Disse querer esclarecer que os separadores centrais que havia referido como necessários podiam ser balizas refletoras, não sendo necessário a colocação de separadores tal como existem na Circular Urbana. Informou, ainda, que o PSD iria apresentar uma proposta para ser apreciada e votada na próxima reunião de Câmara. -----

4 – Vereadora Francisca Abreu – Sobre a intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro disse que a Associação “Ó da Casa” organizou a primeira edição do “Guimarães Noc Noc” com o apoio da Câmara Municipal, tendo, posteriormente, aquela Associação estado no Japão a convite de uma associação local e através da CEC. Mais informou que os artistas Japoneses que estarão neste evento não vêm a convite da Associação “Ó da Casa” mas sim da Fundação Cidade de Guimarães. Acrescentou que a 2ª edição do “Guimarães Noc Noc” foi sujeita a uma candidatura ao ON 2 por parte da CEC, concedendo a Câmara apenas apoio logístico, designadamente a disponibilização de espaços públicos e a cedência de alojamento na Pousada da Juventude. -----

5 – Vereador Domingos Bragança – Sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima disse que o assunto da VIM tem sido tratado em quase todas as reuniões do Conselho de Administração da AMAVE, estando o Município de Guimarães a realiza r a



intervenção possível. -----

6 – Presidente da Câmara – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** - Sobre a intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro disse que o Círculo de Arte e Recreio é uma instituição que sempre foi tratada com carinho, tendo lamentado a carta insultuosa que a si foi dirigida por alguém que no passado esteve ligado àquela entidade; **b)** – Quanto ao Plano Diretor Municipal (PDM), disse que, na sequência da mudança de Governo, o processo sofreu atrasos. Informou que o que a lei determina é que quando o prazo é ultrapassado, o PDM anterior fica novamente em vigor, o que sucedeu neste caso. Disse, ainda, que as propostas de revisão foram apreciadas pela equipa técnica de acompanhamento da revisão do PDM, que as remeteu às entidades externas competentes, aguardando-se as respetivas decisões. **c)** – Sobre a VIM disse que gostaria que a intervenção que está em curso pudesse ter sido mais intensa. Acrescentou que esta via deve ter um tratamento igual em toda a sua extensão, pelo que terá de ser a AMAVE a assumir a sua execução. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

VOTO DE FELICITAÇÕES – MESTRE JOSÉ DE GUIMARÃES –

Presente a seguinte proposta: “O artista plástico José de Guimarães foi eleito Presidente da Sociedade Nacional de Belas Artes, destacada associação cultural que, há mais de um século, vem desenvolvendo uma relevante ação na promoção artística do País, particularmente na cidade de Lisboa. O cidadão José Maria Fernandes Marques, reconhecido na vida artística como José de Guimarães, é natural da nossa cidade, e destacadas obras da sua

autoria enriquecem o património artístico vimaranense como, entre outras, o Monumento ao Nicolino e mais recentemente foi inaugurado o centro Internacional de Artes José de Guimarães que integra a Plataforma de Artes e Criatividade. No reconhecimento da distinção que constitui a sua assunção do cargo de Presidente da Sociedade Nacional das Belas Artes, proponho que a Câmara Municipal lhe envie um voto de felicitações”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Da execução de rede de saneamento na freguesia de S. Faustino por parte da empresa intermunicipal Vimágua; **2** – Solicitou o apoio dos órgãos de comunicação social presentes para divulgação da informação de que hoje à noite não haverá recolha de lixo, pelo que os cidadãos não deverão depositar resíduos nas ruas na quinta e sexta-feira, de forma a manter limpo o espaço público; **3** – Da publicação do Gabinete do Secretário de Estado do Desporto atribuindo o estatuto de interesse público ao evento Guimarães Cidade Europeia do Desporto 2013, referindo que o Secretário de Estado tem sido muito colaborante com esta iniciativa. Disse, igualmente, que o Presidente da República e o Primeiro-Ministro se disponibilizaram a integrar a Comissão de Honra. **4** – Leu, em voz alta, a carta dirigida à Presidência do Conselho de Ministros solicitando que o Município de Guimarães seja ouvido no processo de extinção da Fundação Cidade de Guimarães, em que é parte interessada; **5** – Disse estar a diligenciar com a Secretaria de Estado da Cultura a participação financeira para a obra de Extensão do Museu Alberto Sampaio, sentindo-se esperançado numa resolução a breve prazo. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----



-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA
REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2012.**

Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE URGEZES -
ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS ASSINADO NO PASSADO DIA 21 DE JUNHO**

– Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 26 de Abril de 2012, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Urgezes a execução das seguintes obras: construção de muro de suporte na Urbanização das trofas; construção de passeios na Urbanização das Trofas e em S. Gualter; pavimentação das Ruas do outeiro e dos Barreiros e projeto de ligação da EM 580 à unidade de saúde familiar, bem como a atribuição da verba necessária à execução das obras até ao montante de €24.585,50. Em setembro de 2012, a Junta de Freguesia de Urgezes informou esta Câmara Municipal não ser possível concretizar algumas das obras inicialmente previstas, assim como ter havido um lapso nas obras identificadas no respetivo protocolo, sendo que a sua pretensão seria de proceder à reparação de passeios na Urbanização das Trofas e na Rua Cândido José de Carvalho; e à pavimentação parcial da Rua do Outeiro.” Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação da alteração da 1ª cláusula do Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 21 de junho de 2012, nomeadamente no que diz respeito ao respetivo objeto, passando a ter a seguinte redação: “O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na

Freguesia de Urgezes para a execução das seguintes obras: reparação de passeios na Urbanização das Trofas e na Rua Cândido José de Carvalho; e pavimentação parcial da Rua do Outeiro", cujo valor total estimado é de €30.000,00 (trinta mil euros)." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – COMPROMISSO PLURIANUAL - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA –

Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "Na sequência do preceituado no art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), relativo aos compromissos plurianuais e à respetiva necessidade de autorização prévia da Assembleia Municipal, propõe-se submeter a aprovação da Assembleia Municipal a autorização para assunção de compromisso plurianual com a abertura de um procedimento de ajuste direto para a aquisição do serviço de fornecimento de energia elétrica para os locais de consumo e características abaixo identificados, estimando-se a despesa no valor total de €42.142,45, sendo que no ano de 2012 corresponde a €3.511,87 e no ano de 2013 corresponde a €38.630,58, acrescido de IVA à taxa legal em vigor: LOTE 1: Fornecimento de energia elétrica em média tensão para o edifício da Casa da Memória; LOTE 2: Fornecimento de energia elétrica em baixa tensão especial para o edifício do Centro de Formação Avançado Pós-Graduada/Domus Civil; LOTE 3: Fornecimento de energia elétrica em baixa tensão especial para a EB1 do Pinheiral – Caldelas". **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR**

SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----

PATRIMÓNIO – HASTA PÚBLICA 7/2012 - VENDA DE TERRENOS – Presente a seguinte informação da Divisão de



Património Municipal: "O Município é dono e legítimo possuidor dos terrenos infra identificados e, de acordo com informações prestadas pelo Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico tais prédios não estão afetos a qualquer fim ou atividade operacional camarária, nem se prevê, no futuro, a construção de qualquer tipo de equipamento de utilidade municipal nos locais onde se situam os imóveis, não havendo, assim, qualquer inconveniente à respetiva venda. Por outro lado, é necessário alocar recursos financeiros a projetos de interesse municipal, nomeadamente equipamento e infraestruturas para uso público. Deste modo, a venda dos prédios abaixo identificados, constitui uma forma de otimizar a satisfação do interesse público colocado a cargo do Município, através do uso de competências legalmente atribuídas. Refira-se que os prédios identificados no mapa abaixo foram objeto de hasta pública em 12 de julho de 2012, não tendo havido interessados na sua aquisição. Nos termos do disposto na alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugada com os nºs 2 a 4 do artigo 53º do mesmo diploma legal, a Assembleia Municipal em sua sessão de 25 de novembro de 2011, aprovou a alienação ou oneração dos prédios rústicos e urbanos propriedade da Autarquia, que se encontrem ou venham a estar desocupados ou devolutos, e cuja alienação ou oneração se traduza em benefícios de cariz social, cultural ou económico para o Município, sendo obrigatoriamente aprovados pela Câmara Municipal os regulamentos respeitantes aos correspondentes procedimentos legais, designadamente a hasta pública. A venda em hasta pública deverá ser realizada de forma a respeitar os princípios que orientam a atividade administrativa, dando cumprimento aos princípios da legalidade,

concorrência, transparência, publicidade, igualdade e imparcialidade, preservando-se a harmonia e a coerência do sistema. Os terrenos que se propõem a alienar são os seguintes:

| Nº | Localização | Área | Matriz Registo Predial | Finalidade | Valor base de licitação |
|----|--|--|---|---|----------------------------|
| 1 | Lugar de Riba D´Ave ou Ribeirinha – Brito | 785,00m² | U-2013 1019/Brito | Terreno para construção | €127.220,00 |
| 2 | Lugar de Balteiro, Calvos | 1.280,00m² – lote nº 7 do Alvará de Loteamento nº 2/00 | U-318 209/Calvos | Edifício de 2 pisos, geminado, para habitação unifamiliar | € 39.200,00 |
| 3 | Lugar do Monte da Lapinha, Calvos | 307,00m² – lote nº 3 do Alvará de Loteamento nº 12/03 | U-419 309/Calvos | Edifício de 2 pisos, para habitação unifamiliar | € 20.410,00 |
| 4 | Lugar do Monte da Lapinha, Calvos | 325,00m² – lote nº 4 do Alvará de Loteamento nº 12/03 | U-420 310/Calvos | Edifício de 2 pisos, para habitação unifamiliar | € 21.410,00 |
| 5 | Lugar do Alto da Bandeira, Creixomil | 5.561,50m² | U-2752 1432/Creixomil | Terreno para construção | € 437.350,00 |
| 6 | Quinta do Outeiro – Mesão Frio | 1.512,00m² – lote nº 1 do Alvará de Loteamento nº 19/07 | U-1900 1613/Mesão Frio | Edifício de 8 pisos para habitação, e comércio | €962.218,50 |
| 7 | Quinta do Outeiro – Mesão Frio | 1.105,00m² – lote nº 2 do Alvará de Loteamento nº 19/07 | U-1901 1614/Mesão Frio | Edifício de 8 pisos para habitação, e comércio | €708.803,45 |
| 8 | Quinta do Outeiro – Mesão Frio | 880,00m² -lote nº 3A do Alvará de Loteamento nº 19/07 | U-2047 1887/Mesão Frio | Edifício de 8 pisos para habitação e comércio | €628.700,00 |
| 9 | Quinta do Outeiro – Mesão Frio | 2.607,00m² - lote nº 4 do Alvará de Loteamento nº 19/07 | U-1903 1616/Mesão Frio | Edifício de 7 pisos para habitação, comércio/serviços /estabelecimento de restauração e bebidas | €1.089.090,00 |
| 10 | Quinta do Outeiro – Mesão Frio | 2.134,00m² - lote nº 5 do Alvará de Loteamento nº 19/07 | U-1904 1617/Mesão Frio | Edifício de 7 pisos para habitação, comércio/serviços /estabelecimento de restauração e bebidas | €881.657,95 |
| 11 | Quinta do Outeiro – Mesão Frio | 884,00m² - lote nº 7 do Alvará de Loteamento nº 19/07 | U-1906 1619/Mesão Frio | Edifício de 6 pisos para habitação | €443.259,15 |
| 12 | Quinta do Outeiro – Mesão Frio | 352,00m² – lote nº 8 do Alvará de Loteamento nº 19/07 | U-1907 1620/Mesão Frio | Edifício de 2 pisos para 1 comércio /serviços /estabelecimento de restauração e bebidas | €53.042,40 |
| 13 | Parque Industrial, Ponte | 1.118,50m² – lote nº M2 do Alvará de Loteamento nº 58/92 | U-1981 832 e 860/Ponte – a desanexar | Pavilhão industrial | €72.950,00 |
| 14 | Parque Industrial, Ponte | 597,00m² – lote nº 1 do Alvará de Loteamento nº 29/95 | U-2371 1268/Ponte | Edifício de 2 pisos para armazém de materiais não poluentes | €31.610,00 |
| 15 | Rua 10 de Junho (lugar da Lage ou Castelões), Ponte | 331,00m² – lote nº 5 do Alvará de Loteamento nº 29/85 | U-4185 69/Ponte | Terreno inserido em zona de construção dominante | €5.930,00 |
| 16 | Lugar da Ponte Velha, Sande Vila Nova | 159,00m² – lote nº 14 do Alvará de Loteamento nº 42/94 | U-622 330/Sande Vila Nova | Edifício de 2 pisos, para habitação unifamiliar | €16.140,00 |



Informa-se que os valores base de licitação indicados nas linhas nºs 2 a 5 e 13 a 16 do quadro supra, foram determinados com base na simulação do valor patrimonial tributário, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), instrumento disponível no sítio da Internet das Finanças, acrescido dos custos administrativos dos respetivos processos e os valores de licitação referidos nas linhas nºs 1 e 6 a 12 correspondem ao valor patrimonial tributário atual atribuído pelo Serviço de Finanças, ao abrigo do CIMI, também acrescido das correspondentes despesas administrativas. Desta forma, deixamos à consideração superior a decisão de submeter o assunto a deliberação de Câmara, para aprovação da venda em hasta pública dos referidos prédios, nos termos do Regulamento em anexo". O Regulamento da Hasta Pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "A proposta de hasta pública de alguns destes terrenos foi feita muito recentemente, na reunião de 21.06.2012, estando agora a repetir-se por ter ficado deserta; o que não surpreende atendendo ao período de forte redução de procura que presentemente vivemos. Ora, num ponto que pressupõe a venda mediante hasta pública de uma série de prédios propriedade do Município de Guimarães, nada temos a opor relativamente à intenção e à avaliação apresentada, pelo que os vereadores do PSD votam em conformidade com o que já haviam feito em Junho último. No entanto e mais uma vez, são incluídos nesta venda alguns lotes da designada "Quinta do Outeiro" (freguesia de Mesão Frio) cujo preço atribuído para a respetiva venda em hasta pública é da

maior relevância política. Mais ainda agora, depois de ainda na última reunião ter sido proposta a venda, por acordo amigável, dos terrenos que com estes se iam permutar nos termos do negócio ruinoso que ao longo destes anos defendeu, e ainda defende, este executivo municipal. Vejamos: Se nos recordarmos, o famoso caso da Quinta do Outeiro assentava na circunstância de, em 2001, o Presidente de Câmara António Magalhães ter celebrado um contrato-promessa de permuta mediante o qual, pelo valor atribuído de €1.047.112,99 o Município cedia terrenos loteados e infraestruturados na Quinta do Outeiro, junto ao Parque da Cidade, e recebia em troca terrenos agrícolas (classificados como Reserva Agrícola Nacional) da Veiga de Creixomil, no local onde hoje está instalada a Cidade Desportiva. Ora, toda a polémica que então se instalou prendia-se precisamente com a circunstância de o PSD ter dito que aquilo que o Município cedia (os lotes da Quinta do Outeiro) teria um valor muito superior àquilo que receberia (terrenos agrícolas na Veiga de Creixomil). Concretamente, dizia o PSD que os terrenos da Quinta do Outeiro, que a Câmara dava, valiam cerca de €3 milhões, e que os terrenos agrícolas da Veiga de Creixomil, que a Câmara recebia, valiam cerca de €1 milhão. Em todo o debate político que então teve lugar, a Câmara procurou sempre demonstrar por diversas formas, que o valor da Quinta do Outeiro era efetivamente equivalente ao dos terrenos que recebia em troca, isto é, cerca de €1 milhão. Ora, 10 anos volvidos, e numa altura em que a crise (particularmente na construção civil) está instalada desvalorizando drasticamente o património imobiliário, vem o Município de Guimarães procurar vender os mesmos lotes que na altura tentou permutar por €1 milhão (terreno loteado e infraestruturado), pelo valor atribuído de €3.175.085,02!! Isto é, vem agora a Câmara



atribuir a esse mesmíssimo património um preço de venda que equivale, sensivelmente, àquilo que à época dizia o PSD valeriam estes terrenos, €3 milhões. Isto é, vem agora a Câmara procurar vender a Quinta do Outeiro, mediante hasta pública, por um preço que é €2.128.740,03 superior àquilo por que iam ser permutados na época, assim se podendo lesar o património do Município de Guimarães, e de todos os Vimaranenses, em mais de €2 milhões, o que não sucedeu devido à atuação atenta e fiscalizadora dos então vereadores eleitos nas listas do PSD. Ou seja, vem agora a Câmara, num mero ato administrativo, confessar toda esta polémica e conceder total razão ao que alegavam os então vereadores do PSD. Mas isto ainda assume maior relevância, quando tem lugar na reunião imediatamente a seguir àquela em que a Câmara divulgou os valores do acordo amigável para venda dos terrenos onde está instalada a Cidade Desportiva. Onde decidiu comprar amigavelmente, isto é, por acordo com o proprietário, os mesmos terrenos por €2.968.299,69. Repare-se no requinte da extraordinária coincidência: Em 2001, Câmara Municipal e Domingos Machado Mendes, permutavam terrenos por €1 milhão, terrenos que diz o Presidente de Câmara terem idêntico valor. E agora, 10 anos volvidos, e após não realização da permuta depois de "recomendação" do Ministério Público, a Câmara compra os terrenos da Cidade Desportiva por €3 milhões e coloca à venda a Quinta do Outeiro por €3 milhões! O que sucedeu nestes anos para valorizar de forma tão espetacular ambos os terrenos? Porque é que dois terrenos que valiam € 1 milhão, estão agora a ser negociados por €3 milhões? O que mudou? O Presidente de Câmara tem afinal razão, pois os terrenos têm o valor tão idêntico, tão idêntico, que até valorizam ao mesmo ritmo, como gémeos siameses. Ambos valiam há 10 anos

€1 milhão, ambos valem hoje €3 milhões. Mas com uma nuance: é que nestes 10 anos, na Quinta do Outeiro nada mudou, são hoje em dia terrenos loteados e infraestruturados tal como eram na altura da permuta. Já na Veiga de Creixomil mudou tudo, onde antes havia terrenos agrícolas há hoje uma pista de atletismo, umas piscinas municipais, um Hospital, um Colégio e uma rede viária implantada. O que isto significa é óbvio: a valorização posterior nos terrenos da Cidade Desportiva, vieram colocar o terreno a valer aquilo que já valia a Quinta do Outeiro. O que demonstra que na altura, tinham valores bem diferentes. Importa ainda dizer duas coisas, que resultam do debate que teve lugar na última reunião de Câmara. Disse o Presidente de Câmara que na altura permutou com Domingos Machado Mendes, tendo expropriado todos os restantes proprietários com terrenos na Veiga de Creixomil, porque a Câmara não tinha dinheiro para comprar mais terrenos. É inacreditável como se consegue, de cara direita, dizer que permutou por não ter dinheiro uma Câmara que, logo a seguir, já arranjou dinheiro para edificar ali a Pista de Atletismo e a Piscina Municipal. É inacreditável como se consegue dizer que permutou por não ter dinheiro uma Câmara que, logo a seguir, gastou rios de dinheiros no Euro 2004. É inacreditável porque não é para acreditar. É só para dizer, e acreditar quem não quiser ver o que é evidente. Mas mesmo se fosse assim, então porque expropriou os restantes proprietários, todos vimaranenses, por €10/m² e já na altura, no fantástico negócio que iam fazer com esta permuta, iam pagar o equivalente a €13/m² ao Sr. Domingos Mendes? Então porque vai pagar agora, a este proprietário de Famalicão, €40/m², quando na altura expropriou os restantes por €10/m²? Se o negócio era tão fantástico, porque não o fizeram, logo na altura, por €1 milhão que era o valor da



permuta? Conseguir dizer, neste enquadramento, que foi o PSD quem fez perder ao Município €2 milhões, é ter coragem para dizer praticamente tudo. É gozar duma impunidade que permite tudo dizer, sem que ninguém queira perceber o que está a ser dito. A verdade é que €1 milhão era precisamente o que valiam os terrenos da Veiga de Creixomil. Por isso os vereadores do PSD sempre insistiram para que adquirisse, pela via do direito privado, pelo valor atribuído à permuta, que era o que valiam os terrenos agrícolas. A verdade é que os €3 milhões por que hoje tentam vender a Quinta do Outeiro, é também aquilo que sempre dissemos que valiam esses terrenos, dizíamo-lo na altura, o que mantemos hoje, por isso votaremos favoravelmente esta hasta pública. Mas a verdade nua e crua é que, sem explicarem porquê, os senhores propõem para venda por €3 milhões os mesmos terrenos que há 10 anos tentaram permutar por €1 milhão. Terrenos que nenhuma alteração sofreram de então para agora! Vá-se lá perceber isto... É razão para dizer, ainda bem que a tentativa não é punível!" -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta de venda em hasta pública de vários terrenos pertencentes ao património municipal e onde não se prevê, no futuro, a construção de qualquer equipamento municipal, pelo interesse para o Município na realização de recursos financeiros necessários à concretização de investimentos municipais. Nesses lotes de terreno incluem-se cinco lotes pertencentes à denominada "Quinta do Outeiro", na freguesia de Mesão Frio, cuja proposta de valor base da licitação é de 3,1 milhões de euros, calculada com base na simulação do valor patrimonial tributário, nos termos do

Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). Dado que, na discussão da proposta em votação, foi mais uma vez, e de uma forma insidiosa, pelos Vereadores do PSD, acusada a celebração, não concretizada, de um contrato de permuta dos mesmos lotes com os terrenos onde foi construída a Cidade Desportiva, importa esclarecer: O valor dos terrenos, onde está construída a Cidade Desportiva, calculado, através do mesmo critério do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), seria de 5,8 milhões de euros, bem claramente superior ao constante da proposta de venda dos terrenos com os quais era defendida a sua permuta que, como se indica atrás, é de 3,1 milhões de euros. Pela referida análise comparada, se verifica, mais uma vez, que a permuta, então proposta, teria sido um bom ato negocial para o Município, o que só não foi concretizado pelo processo de suspeição levantado pelos Vereadores que, então, representavam o PSD. Acresce ainda a notória vantagem para a Município que teria ocorrido com o pagamento em espécie, então acordado, que teria evitado o dispêndio, votado na reunião da Câmara Municipal do passado dia 20 de Setembro, da sua aquisição por cerca de 3 milhões de euros. Releva-se ainda que se na época, há cerca de dez anos, a permuta proposta era um correto ato negocial, hoje a sua não concretização revela-se ainda mais gravosa para o Município, dada a notória desvalorização do imobiliário que afeta a realização da venda, aqui proposta, como o comprova a anterior hasta pública realizada em Junho passado que ficou deserta”. -----

DOAÇÕES – DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO - CENTRO CULTURAL E RECREATIVO DE BARCO – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Na sequência das obras de ampliação e requalificação da EB1/JI de Barco, o Grupo Cultural e Recreativo de Barco disponibilizou as suas instalações



para o funcionamento provisório do refeitório daquele estabelecimento de ensino enquanto decorressem as referidas obras. Uma vez concluídas as intervenções no edifício escolar, o Grupo Cultural e Recreativo de Barco solicitou a cedência de um cilindro e uma banca em aço inox, que entretanto deixou de ser utilizado pela escola primária e que se encontram fixados nas instalações do Grupo Cultural. De acordo com informação prestada pelo Serviço de Educação, não há qualquer inconveniente no deferimento da pretensão daquela instituição, uma vez que o equipamento solicitado não é útil àquele estabelecimento de ensino, dado que está contemplado na obra de ampliação e requalificação da EB1/JI de Barco, a colocação dos equipamentos necessários ao funcionamento do refeitório. Neste sentido, caso o Município de Guimarães pretenda doar o equipamento, deverá submeter à Câmara Municipal, nos termos da alínea b), n.º 4, do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a doação, ao Grupo Cultural e Recreativo de Barco, do equipamento abaixo identificado, tendo sido atribuído o valor total de € 180,00". -----

| DESIGNAÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|-----------------------------------|----------------|----------------|
| Cilindro 75Litros | €80,00 | €80,00 |
| Banca com prateleiras em aço inox | €100,00 | €100,00 |
| Total | | €180,00 |

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----
ATIVIDADES ECONÓMICAS – POUSADA DA OLIVEIRA -
ALTERAÇÃO DO PRAZO DE DESOCUPAÇÃO DO EDIFÍCIO
(RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO) E DO PROCESSO DE
CONCURSO PARA CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO
ESTABELECIMENTO E DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO CONCURSO

– Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “No âmbito do procedimento concursal aberto para a concessão de exploração do estabelecimento hoteleiro designado por Albergaria da Oliveira, aprovado por deliberação de Câmara de 6 de setembro de 2012, importa proceder a alguns ajustamentos do processo, na sequência dos contactos/pedidos de esclarecimentos recebidos na Câmara Municipal por parte de alguns interessados, bem como designar o respetivo júri. Sendo aquele estabelecimento constituído pela diversidade dos elementos que o compõem - elementos corpóreos, incorpóreos e aviamento e clientela - com o objectivo da prática da exploração hoteleira e de restauração, estão também abrangidos pela sua transmissão os contratos de trabalho em vigor. Assim, esclarece-se que a cláusula 7.1 do Caderno de Encargos, no que respeita ao pessoal já empregado na exploração, corresponde a sete elementos, cujas categorias e remunerações constam do processo administrativo respeitante ao procedimento concursal. Considerando, por um lado, que a concessão implica a assunção imediata, por parte do concessionário, dos encargos com trabalhadores que, nesta data, têm contrato de trabalho em vigor; Considerando, por outro lado, que a concessão implicará previsivelmente a necessidade de realização de um conjunto de obras e de aquisição de equipamentos indispensáveis à abertura ao público do estabelecimento, estimando-se um prazo de 3 meses para esse efeito, donde resulta que, neste período de tempo, o concessionário não perceba qualquer receita; Propõe-se que: 1 – No que respeita ao pagamento da retribuição mensal devida pelo concessionário, seja aprovado um período de carência de 6 meses, passando, deste modo, a cláusula 5.6 do Caderno de Encargos a ter a seguinte redação: “O primeiro pagamento tem lugar até ao



oitavo dia do sétimo mês seguinte ao da assinatura do contrato.”

2 – Face a estes esclarecimentos/alterações, o prazo de apresentação de propostas seja prorrogado até ao próximo dia 22 de outubro (inclusive). 3 - Se estabeleça no contrato de rescisão do contrato de cessão de exploração celebrado com a ENATUR e a GPP, SA em 4 de julho de 2005, cuja minuta foi aprovada pela referida deliberação de 6 de setembro de 2012, o dia 31 de dezembro como a data de desocupação total do edifício, por parte da ENATUR e da GPP, SA, que, naturalmente, anuíram a esta prorrogação, assim assegurando o pagamento dos encargos decorrentes da manutenção dos trabalhadores existentes, sem custos para o Município. Mais se propõe que sejam designados os seguintes elementos para integrarem o júri do concurso:

Efetivos: Presidente: José Filipe Tavares Fontes, Diretor do Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico; Vogais: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier (Diretora do Departamento de Administração Geral); Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida (Chefe da Divisão Administrativa); Emília Elisabete Silva Gomes (Chefe da Divisão do Património Municipal) e Vítor Carvalho Marques (Técnico Superior da Divisão de Relações Públicas e Turismo). **Suplentes**: Artur Manuel Corte Real Souto Neves (Chefe da Divisão de Estudos e Projetos); Isabel Cristina Silva Pinho (Chefe da Divisão de Relações Públicas e Turismo). A primeira Vogal efetiva substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

EDUCAÇÃO – CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO COM A ESCOLA SECUNDÁRIA DE CALDAS DAS TAIPAS PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DA EB1 PINHEIRAL/CALDELAS - ANO LETIVO 2012/2013 – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é de

conhecimento superior, a obra de reconversão do edifício da EB1 Pinheiral/Caldelas em centro escolar não foi concluída a tempo do início do ano letivo, que ocorreu a 14 de setembro. Considerando que iniciado o 1º período não é possível, mesmo que entretanto seja concluída a obra, proceder-se à transferência dos alunos para as instalações do centro escolar, dado que o Ministério da Educação e Ciência não o autoriza, torna-se necessário assegurar o fornecimento de refeições aos alunos da EB1 Pinheiral/Caldelas até dezembro de 2012. Nesse sentido, e à semelhança do que tem vindo a ser efetuado desde o início de funcionamento daquele estabelecimento de ensino nas instalações da Escola Secundária de Caldas das Taipas, propõe-se a celebração de um protocolo com a Escola Secundária para fornecimento de refeições a 204 alunos, a vigorar no ano letivo 2012/2013 (setembro a dezembro). Mais se informa que o custo previsível com o fornecimento de refeições é de €18 763,92, aos quais serão deduzidas as participações dos Encarregados de Educação. Para deliberação em Reunião de Câmara, junto se anexa minuta do protocolo, a celebrar entre as entidades”. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador José Augusto Araújo não participou na discussão e na votação da proposta. -----

AÇÃO SOCIAL - CASFIG - COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – REALOJAMENTO DE QUATRO AGREGADOS FAMILIARES - Presente, para aprovação, uma proposta da CASFIG, EEM para realojamento de quatro agregados familiares em habitações que ficaram vagas por motivo de rescisão do contrato de arrendamento e transferência, aprovada pelo



respetivo Conselho de Administração em sua reunião ordinária de 24 de setembro de 2012. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E DEZ MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----